

# **POLÍTICA INDUSTRIAL E INTERNALIZAÇÃO DE REGRAS INTERNACIONAIS: breve ensaio sobre a indústria como estratégia para um desenvolvimento inclusivo e sustentável<sup>1</sup>**

Flávia Pedrosa Costa<sup>2</sup>

A temática da "política industrial inclusiva e sustentável" se apresenta como um dos maiores dilemas no debate contemporâneo concernente à indústria, principalmente no século XXI. Tal linha de pensamento é oriunda de uma série de transformações sob as quais as relações exteriores brasileiras são passíveis de atuar estrategicamente como um dos relevantes instrumentos no que tange o alcance pelo desenvolvimento.

Devido ao contexto de interdependência complexa<sup>3</sup> em que os países se inserem, a ideia de política industrial envolve os conceitos de desenvolvimento, tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito internacional. No âmbito internacional, destacam-se as orientações relativas ao entendimento por desenvolvimento nos países e, em âmbito doméstico, destaca-se a utilização estratégica da indústria para o alcance de resultados que levem ao planejamento para o desenvolvimento econômico.

Cabe ressaltar que as relações comerciais, desta forma, fazem parte de um jogo entre diferentes atores com diferentes preferências e interesses. É neste cenário que a política industrial é analisada no Brasil, cujo ponto de partida é a característica democrática, que impacta na forma de consecução e formulação da política industrial, bem como sua incorporação nas ações internacionais. Isto posto, informa-se que as políticas industriais foram adotadas como tais, aproximadamente, no início do século XXI quando os países da América Latina passaram a oferecer incentivos a determinados setores produtivos.

Não que anteriormente não existisse política industrial, entretanto, o que se verifica é a utilização do termo "política industrial" a partir de tal período. No caso do Brasil é passível de identificação o aumento da utilização de mecanismos de política industrial, tal qual o entendimento acima explicitado, principalmente, entre o período de 2004 a 2014, quando foram criadas a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o Plano Brasil Maior (PBM).

A década de 1990 e os anos 2000 no Brasil podem ser contrastados com as percepções de organismos da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente, o Banco Mundial (BIRD) no

---

<sup>1</sup> Artigo de opinião apresentado em razão da participação como delegada no Vienna Energy Forum 2015. Viena, Austria.

<sup>2</sup> Bacharel e Mestranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e especialista em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral.

<sup>3</sup> "[...] situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países" (KEOHANE; NYE, 1977, p.7)

que concerne ao entendimento sobre desenvolvimento. Foi a partir da década de 1990 que tal Organização passou a adotar uma "nova moldura de desenvolvimento abrangente", cujos objetivos centrais de redução da pobreza e alívio do sofrimento humano só poderiam ser alcançados considerando-se as dimensões ambientais, socioeconômicas, estruturais, financeiras e de governança.

As dimensões de desenvolvimento estrutural, humano e físico englobariam, dentre outros, a preocupação com a água e sistema de esgoto, desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e estratégias setoriais. Tais dimensões, ao serem vinculadas ao desenvolvimento industrial, vão de encontro com o setor energético e, por isto, cada vez mais este vem sendo debatido como setor estratégico para o provimento de maior inclusão, uma vez que gera oportunidades de trabalho, redução de custos e de impactos aos recursos naturais. Cabe identificar que, ao vincular a indústria em tal contexto refere-se, especialmente, ao processo de industrialização com redução de gastos energéticos.

É no supracitado contexto que emergem nas ações internacionais a preocupação com práticas ambientalmente sustentáveis dentro da indústria, de forma a não impactar nos lucros e maximizar os ganhos empresariais. Organizações Internacionais (OIs) em tal cenário podem surgir como facilitadoras em dilemas de coordenação onde, na interface entre a indústria e o desenvolvimento inclusivo e sustentável, destaca-se a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), incorporada como agência especializada da ONU em 1985. De acordo com a ONUDI, a transformação estrutural por meio da industrialização é a força motriz para a redução da pobreza e geração de riqueza.

Neste sentido, foram criados pela Agência padrões internacionais e ferramentas<sup>4</sup> para a otimização do uso energético nas indústrias de países em desenvolvimento e um dos estudos de caso relativos ao Brasil é citado no anuário da ONUDI "*Global Green Growth: Clean Energy Industrial Investments and Expanding Job Opportunities*"<sup>5</sup>. O exemplo é informado pelos incentivos para determinados setores e por inovações tecnológicas, em consonância com os padrões internacionais estabelecidos.

Cabe observar que os resultados obtidos são mensurados por meio dos indicadores do BIRD, o que reforça a necessidade de alinhamento entre o país, a indústria e as OIs. É por meio de tal lógica que o novo modelo de "desenvolvimento inclusivo e sustentável" vem sendo discutido e pode ser desenvolvido ao longo do século XXI, o que se faz cada vez mais relevante em um contexto mundial caracterizado por variados constrangimentos ambientais entre os países.

---

<sup>4</sup> Uma das referências mais recentes é o *Energy Management Systems* (EnMSs).

<sup>5</sup> O relatório pode ser acessado no site: <http://www.greengrowthknowledge.org/resource/global-green-growth-clean-energy-industrial-investments-and-expanding-job-opportunities-0>